

Um plano com mudanças

A palavra congelamento caiu em desgraça após o fracasso do Plano Cruzado. Tanto é que na segunda versão do "Plano Sayad" para o ajuste da economia os seus autores trocaram o termo **congelamento** pela expressão **estabilidade rigorosa** de preços. Mas, ensina mestre Aurélio, o significado é praticamente o mesmo. **Congelamento** é a fixação de valores e preços; **estável** é a qualidade daquilo que não varia.

Ao contrário da reforma de fevereiro do ano passado, no entanto, o "Plano Sayad" acena com várias modificações inclusive conceituadas. Ele fala em inflação baixa e não mais em inflação zero. Estabelece prazo (três meses) para os ajustes automáticos de preços e salários, propõe a reindexação da economia admitindo uma **inércia** inflacionária baixa e deixa fora de controle todos os preços de setores concorrenciais como vestuário, restaurante, barbeiro ou jornal. Na **estabilidade rigorosa** ficam enquadrados os preços de setores já sob o controle do CIP, Sunab e as tarifas e serviços públicos. Além disso reconhece os desajustes provocados pelo déficit público.

Segundo os autores da proposta, há hoje espaço e condições para a sua aplicação. Primeiro porque os técnicos do Planejamento acreditam que a economia já ultrapassou o período de explosão de demanda, havendo hoje equilíbrio entre produção e consumo. Passa pelo fato de os salários já terem perdido valor real com a inflação alta e sugere a sua conversão aos níveis de 1º de março do ano passado, o primeiro dia de vida do Cruzado. Por fim, o Plano defende o realinhamento prévio e controlado dos preços que ficarão sob **estabilidade rigorosa** evitando-se assim um dos principais problemas da reforma anterior: a existência de preços surpreendidos no **contrapé**.

O objetivo do Plano é buscar a estabilidade, protegendo salários e evitando variações bruscas de renda, informa Carlos Alberto Sardenberg, representante do Ministério do Planejamento em São Paulo. Na última sexta-feira, ele esteve na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) explicando para um seleto grupo de empresários, entre eles o presidente da entidade, Mario Amato, detalhes da proposta. Segundo ele, a receptividade foi boa especialmente em dois pontos: os empresários elogiaram a parte relativa à austeridade no setor público e o mecanismo dos reajustes de preços que eliminaria os frequentes e burocráticos contatos com técnicos do CIP.

Para os autores do Plano, a economia não correrá novamente o risco do desabastecimento e do alto consumo. Eles entendem que não interessará aos agentes econômicos estocar mercadorias na expectativa do reajuste de preços agendado. A variação será baixa, o que não compensará esse movimento, diz Sardenberg. Se for alta, o Plano não terá atingido o seu principal objetivo de baixar a inflação, ou seja, não seria respeitado por ninguém. A propósito, foi com base no problema de expectativas que a segunda versão do Plano eliminou a fixação de mecanismos de variação cambial constante do documento original. A política cambial, segundo os técnicos do Planejamento, tem um forte componente conjuntural e será **pilotada** no sentido de apoiar as exportações.

Para os assalariados, o Plano permitiria, na visão dos autores, evitar as perdas que hoje ocorrem em função da inflação alta. Aos salários convertidos, seriam acrescentados os ganhos de produtividade e promoções obtidos durante o ano passado. Por exemplo, se o Plano tivesse sido aplicado no início deste mês um trabalhador que ganhava Cz\$ 8.649,00 em 1º de março do ano passado e hoje, com o gatilho a ser disparado neste mês, passaria para Cz\$ 16.762,00 teria o seu vencimento fixado em Cz\$ 16.607,00 — ou seja perderia Cz\$ 155,00, levando-se em conta uma inflação oficial de 63,8% de março de 1986 a fevereiro deste ano.

Com a estabilidade dos preços, esse trabalhador, no entender dos autores do Plano, mesmo assim estaria ganhando. Afinal, hoje ele paga os preços mais altos antes para receber os 20% do gatilho depois. Segundo os cálculos dos autores — além do ministro João Sayad, seus assessores Henry Philip Reichstul, Francisco Lopes e Francisco Vidal Luna — todos os salários no momento da conversão se fosse em 1º de junho estariam praticamente em equilíbrio. A proposta, contudo, previa o realinhamento de preços e salários até 31 de maio e ao estabelecer para eles um prazo de três meses. Com o retardamento para sua aprovação esse prazo já está avançando 30 dias. O Plano foi também concebido tendo em vista um crescimento de 4% a 5% da economia para este ano, o que geraria cerca de 1,5 milhão de novos empregos.

Vicente Dianezi Filho